

LISTAGEM DE LEGISLAÇÃO RELEVANTE À ATIVIDADE DA SOMINCOR

Processos de Licenciamento – documentos mais significativos

- **Diretiva n.º 85/337/CEE**, do Conselho, de 27 de junho de 1985, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente (**alterada** pela Diretiva n.º 97/11/CE, do Conselho, de 3 de março de 1997).

- **Diretiva n.º 1999/31/CE**, do Conselho, de 26 de abril, relativa à deposição de resíduos em aterros, alterada pelo Regulamento (CE) n.º 1882/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de setembro, **alterada** pelo Regulamento (CE) n.º **1882/2003**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Setembro, aplica a Decisão n.º 2003/33/CE, de 19 de dezembro de 2002, é

o Transposta pelo Decreto-Lei n.º **183/2009**, de 10 de agosto, **retificado** pela Declaração de Retificação n.º **74/2009**, de 9 de outubro, que estabelece o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, as características técnicas e os requisitos a observar na conceção, licenciamento, construção, exploração, encerramento e pós-encerramento de aterros, **alterado** pelos Decretos-Lei n.ºs **84/2011**, de 20 de junho e **88/2013**, de 9 de julho. **Revoga** o Decreto-Lei n.º **152/2002**, de 23 de maio.

- **Diretiva n.º 2000/60/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2000, que estabelece um quadro de Ação comunitária no domínio da política da água, é

o Transposta pela Lei n.º **58/2005**, de 29 de dezembro, **retificada** pela Declaração de Retificação n.º **11-A/2006**, de 29 de dezembro, **complementada** pelo Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março, sendo a Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro **alterada** pelos Decretos-Lei n.ºs **245/2009**, de 22 de setembro, **60/2012**, de 14 de março, **130/2012**, de 22 de junho e pelas Leis n.ºs **42/2016**, de 28 de dezembro e **44/2017**, de 19 de junho.

- **Diretiva n.º 2006/21/CE** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2006, relativa à gestão dos resíduos de indústrias extrativas e que altera a Diretiva n.º **2004/35/CE** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de abril de 2004,

o Transposta pelo Decreto-lei n.º **10/2010**, de 4 de fevereiro, **alterado** pelo Decreto-lei n.º **31/2013**, de 22 de fevereiro.

- **Diretiva n.º 2006/118/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa à proteção das águas subterrâneas contra a poluição e a deterioração,

Departamento de Ambiente

o Transposta pelo Decreto-Lei n.º **208/2008**, de 28 de outubro, **alterado** pelo Decreto-Lei n.º **34/2016**, de 28 de junho, que, por seu turno, **transpôs** para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º **2014/80/UE** da Comissão, de 20 de junho de 2014, que altera o anexo II da Diretiva n.º **2006/118/CE** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro de 2006.

- **Diretiva n.º 2010/75/UE** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição).

o Transposta pelo Decreto-Lei n.º **127/2013**, de 30 de agosto, **alterado** pela Declaração de Retificação n.º **45-A/2013**, de 29 de outubro, que estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, **transpondo** a Diretiva n.º **2010/75/UE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, relativa às emissões industriais (prevenção e controlo integrados da poluição).

- **Regulamento (CE) n.º 1221/2009** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS), que **revoga** o Regulamento (CE) n.º **761/2001**, de 19 de março, e as Decisões **2001/681/CE** e **2006/193/CE** da Comissão. O Decreto-Lei n.º **95/2012**, de 20 de abril, designou as entidades responsáveis pelo Sistema Português de Ecogestão e Auditoria (EMAS), para assegurar a aplicação na ordem jurídica interna do Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro.

- **Decreto-Lei n.º 151-B/2013**, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, **transpondo** a Diretiva n.º **2011/92/UE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente, **alterado** pelo Decreto-Lei n.º **47/2014**, de 24 de março – que **transpôs** a Diretiva n.º **2011/92/UE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente -, pelo Decreto-Lei n.º **179/2015**, de 27 de agosto – que **transpôs** a Diretiva n.º **2011/92/UE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente e pelo Decreto-Lei n.º **37/2017**, de 2 de junho – que tornou obrigatória a avaliação de impacte ambiental nas operações de prospeção, pesquisa e extração de hidrocarbonetos.

- **Portaria n.º 172/2014**, de 5 de setembro, que estabelece a composição, o modo de funcionamento e as atribuições do Conselho Consultivo de Avaliação de Impacte Ambiental.

- **Portaria n.º 326/2015**, de 2 de outubro, que aprova os requisitos e condições de exercício da atividade de verificador de pós-avaliação de projetos sujeitos a avaliação de impacte ambiental, **alterada** pela Portaria n.º **30/2017**, de 17 de janeiro.

- **Portaria n.º 368/2015**, de 19 de outubro, que fixa o valor das taxas a cobrar pela autoridade de AIA no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.

Departamento de Ambiente

- **Portaria n.º 395/2015**, de 4 de novembro, que estabelece os requisitos técnicos formais a que devem obedecer os procedimentos previstos no regime jurídico de avaliação de impacto ambiental e **revoga** a Portaria n.º **330/2001**, de 2 de Abril.

- **Decreto-Lei n.º 75/2015**, de 11 de maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º 30/2015, de 18 de junho, que aprova o Regime de Licenciamento Único de Ambiente, que visa a simplificação dos procedimentos dos regimes de licenciamento ambientais, regulando o procedimento de emissão do título único ambiental.

Este diploma foi operacionalizado com a publicação das seguintes portarias:

- **Portaria n.º 332-B/2015**, de 5 de outubro, que estabelece o valor da taxa ambiental única (TAU), a sua cobrança, pagamento e afetação da respetiva receita, aplicável aos procedimentos ambientais previstos no regime de Licenciamento Único do Ambiente.
- **Portaria n.º 398/2015**, de 5 de novembro, que estabelece os elementos que devem instruir os procedimentos ambientais previstos no regime de LUA, para a atividade pecuária.
- **Portaria n.º 399/2015**, de 5 de novembro, que estabelece os elementos que devem instruir os procedimentos ambientais previstos no regime de LUA, para atividades industriais ou similares a industriais, nomeadamente, operações de gestão de resíduos e centrais termoelétricas, exceto centrais solares.
- **Portaria n.º 137/2017**, de 12 de abril, que estabelece o modelo do Título Único Ambiental (TUA).

1.1. Planeamento e Ordenamento do Território

- **Portaria n.º 971/90**, de 10 de Outubro, **alterada** pela Portaria n.º **1111/90**, de 8 de novembro, que aprova a Reserva Agrícola Nacional (RAN) de Castro Verde.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/93**, de 13 de outubro, que apresenta a ratificação do Plano Diretor Municipal (PDM) de Castro Verde.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 146/95**, de 22 de novembro, que aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do Município de Castro Verde.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 149/97**, de 10 de setembro, **alterada** pela Resolução do Conselho de Ministros n.º **134/2004**, de 14 de setembro, que estabelece a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Almodôvar.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/98**, de 27 de janeiro, que apresenta a **ratificação** do Plano Diretor Municipal (PDM) de Almodôvar.

Departamento de Ambiente

- **Decreto-Lei n.º 140/99**, de 24 de abril, **retificado** pela Declaração de Retificação n.º **10-AH/99**, de 31 de maio, revê a **transposição** para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º **79/409/CEE**, do Conselho, de 2 de abril (Diretiva Aves, relativa à Conservação das Aves Selvagens), e da Diretiva n.º **92/43/CEE**, do Conselho, de 21 de maio (Diretiva Habitats, relativa à Preservação dos Habitats Naturais e da Fauna e da Flora Selvagens). Regula a Rede Natura 2000. Ref. ZEC e ZEP. **Revoga** os Decretos-Lei n.ºs **75/91**, de 14 de fevereiro, **224/93**, de 18 de junho e **226/97**, de 27 de agosto. Este diploma foi **alterado** pelo Decreto-Lei n.º **49/2005**, de 24 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º **142/2008**, de 24 de julho, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, o qual, por sua vez, foi **retificado** pela Declaração de Retificação n.º **53-A/2008**, de 22 de setembro, e **alterado** pelo Decreto-Lei n.º **242/2015**, de 15 de outubro, e Decreto-Lei n.º **42-A/2016**, de 12 de agosto.

- **Decreto-Lei n.º 384-B/99**, de 23 de setembro, que cria diversas zonas de proteção especial (ZPE) e revê a **transposição** para a ordem jurídica interna das Diretivas n.º **79/409/CEE**, do Conselho, de 2 de abril, e **92/43/CEE**, do Conselho, de 21 de maio, **alterado** pelo Decreto-Lei n.º **59/2008**, de 27 de março.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000**, de 5 de julho, onde se aprova a 2ª fase da lista nacional de sítios a que se refere o n.º 1 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º **140/99**, de 24 de abril.

- **Portaria n.º 813/2007**, de 27 de julho, que fixa os elementos que devem instituir os pedidos de autorização para o uso e ações compatíveis com a afetação de certas áreas ao regime de Reserva Ecológica Nacional.

- **Portaria n.º 814/2007**, de 27 de julho, que fixa as taxas dos pedidos de autorização de usos e ações compatíveis com a afetação de certas áreas ao regime de Reserva Ecológica Nacional.

- **Decreto-Lei n.º 59/2008**, de 27 de março, que **altera** os limites das zonas de proteção especial de Moura/Mourão/Barrancos e Castro Verde, definidos nos anexos XXIV e XXV do Decreto-Lei n.º **384-B/99**, de 23 de setembro.

- **Decreto-Lei n.º 166/2008**, de 22 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional e **revoga** o Decreto-Lei n.º **93/90**, de 19 de março. Este diploma foi **alterado** pela Declaração de Retificação n.º **63-B/2008**, de 21 de outubro, e pelos Decretos-Lei n.ºs **239/2012**, de 2 de novembro, **96/2013**, de 19 de julho e **80/2015**, de 14 de maio.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008**, de 21 de julho, que aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 relativo ao território continental.

- **Portaria n.º 803/2008**, de 3 de outubro, que define que as áreas de jurisdição territorial das CCDR são definidas com base na área geográfica NUTS II e que as áreas de jurisdição territorial das ARH são definidas com base nas regiões hidrográficas.

Departamento de Ambiente

- **Portaria n.º 1356/2008**, de 28 de novembro, que estabelece as condições para a viabilização dos usos e ações referidas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º **166/2008**, de 22 de agosto.

- **Decreto-Lei nº 127/2005**, de 5 de agosto, que aprova o regime de criação das zonas de intervenção florestal (ZIF), bem como os princípios reguladores do seu funcionamento e da sua extinção, **alterado** pelo Decreto-Lei nº **15/2009**, de 14 de janeiro - **retificado** pela Declaração de Retificação nº **10/2009**, de 9 de fevereiro -, e pelos Decretos-Lei nºs **2/2011**, de 6 de janeiro, **27/2014**, de 18 de fevereiro e **67/2017**, de 12 de junho.

- **Decreto-Lei n.º 73/2009**, de 31 de março, que aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional e **revoga** o Decreto-Lei n.º **196/89**, de 14 de junho e **altera** parcialmente a Portaria nº **528/89**, de 11 de julho. Este diploma foi **alterado** pelo Decreto-Lei n.º **199/2015**, de 16 de setembro.

- **Portaria n.º 1178/2009**, de 7 de outubro, que estabelece o montante das taxas devidas pelos serviços prestados pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.

- **Portaria n.º 1181/2009**, de 7 de outubro, que estabelece o processo de candidatura e reconhecimento de áreas protegidas privadas.

- **Portaria nº 138-A/2010**, de 4 de março, que define as taxas devidas pelos atos e serviços prestados pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), I. P., e **revoga** a Portaria n.º **1245/2009**, de 13 de outubro.

- **Decreto-Lei n.º 294/2009**, de 13 de outubro, que, no uso da autorização concedida pela **Lei n.º 80/2009**, de 14 de agosto, estabelece o novo regime do arrendamento rural.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010**, de 2 de agosto, **retificada** pela Declaração de Retificação nº **30-A/2010**, de 1 de outubro, que aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo e **revoga** os Planos Regionais de Ordenamento do Território do Alentejo Litoral, da Zona Envolvente de Alqueva e da Zona dos Mármore, aprovados, respetivamente, pelo Decreto Regulamentar n.º **26/93**, de 27 de agosto, e pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs **70/2002**, de 9 de abril, e **93/2002**, de 8 de maio.

- **Portaria nº 162/2011**, de 18 de abril, define os limites e condições para a viabilização das utilizações não agrícolas de áreas integradas na Reserva Agrícola Nacional, retificada pela Declaração de Retificação n.º **15/2011**, de 23 de maio.

-

- **Decreto-Lei nº 68/2012**, de 20 de março, que aprova a orgânica do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P, **alterado** pelo Decreto-lei nº **236/2015**, de 14 de outubro.

Departamento de Ambiente

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012**, de 3 de outubro, aprova as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, que consubstanciam as diretrizes e critérios para a delimitação das áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional a nível municipal, **retificada** pela Declaração de Retificação n.º **71/2012**, de 30 de novembro.

- **Portaria n.º 419/2012**, de 20 de dezembro, que define as situações de usos ou ações consideradas compatíveis com os objetivos de proteção hidrológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em Reserva Ecológica Nacional.

- **Portaria n.º 98/2015**, de 31 de março, que define os modelos de sinalização para efeitos de identificação e informação relativa à conservação da natureza e da biodiversidade na rede nacional de áreas protegidas e revoga a Portaria n.º 257/2011, de 12 de julho.

- **Decreto-Lei n.º 80/2015**, de 14 de maio, que aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º **380/99**, de 22 de setembro.

- **Lei nº 31/2014**, de 30 de maio, que estabelece a lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, **alterada** pela Lei n.º **74/2017**, de 16 agosto.

- **Decreto-Lei n.º 121/2017**, de 20 de setembro, que assegura a execução da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção, adaptando-a às alterações dos Regulamentos (CE) n.ºs 338/97 e 865/2006.

1.2 Regulamentação da atividade

- **Decreto-lei n.º 88/90**, de 16 de março, que estabelece o regime de aproveitamento de depósitos minerais naturais.

- **Decreto-lei n.º 90/90**, de 16 de março, que institui o regime geral de revelação e aproveitamento dos recursos geológicos. Este diploma foi **revogado** pela **Lei n.º 54/2015**, de 22 de junho, mas mantém-se em vigor por força da norma transitória prevista no artigo 62º deste último normativo.

- **Portaria n.º 598/90**, de 31 de julho, que estabelece o pagamento de taxas a que fica sujeito o exercício das atividades de prospeção, pesquisa e exploração dos recursos geológicos.

- **Diretiva nº 2010/75/EU** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro, relativa às Emissões Industriais (DEI), **revoga**, a partir de 7 de janeiro de 2014, a Diretiva nº **2008/1/CE** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de janeiro de 2008, relativa à PCIP, com a **alteração** dada pela Diretiva nº **2009/31/CE** do Parlamento Europeu e do Conselho (Diretiva PCIP).

- **Decreto-Lei n.º 127/2013**, de 30 de agosto, **transpõe** para o direito nacional a DEI, **revogando** assim o Decreto-Lei n.º **173/2008**, de 26 de agosto e estabelece o Regime de Emissões Industriais (**REI**), aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas

Departamento de Ambiente

a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, a fim de alcançar um elevado nível de proteção do ambiente no seu todo, encontrando-se no anexo I deste diploma as atividades abrangidas.

- **Decreto-Lei n.º 127/2008**, de 21 de julho, que assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes para o Estado Português do Regulamento (CE) n.º 166/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de janeiro, relativo à criação do Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes e que **altera** as Diretivas n.ºs 91/689/CEE, do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos resíduos perigosos, e 96/61/CE, do Conselho, de 24 de setembro, relativa à prevenção e controlo integrados da poluição, **alterado** pelo Decreto-Lei n.º **6/2011**, de 10 de janeiro.

- **Decreto-Lei n.º 198-A/2001**, de 6 de julho, que estabelece o regime jurídico de concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, **alterado** pelo Decreto-Lei n.º **60/2005**, de 9 de março.

- **Decreto-Lei n.º 340/2007**, de 12 de outubro, **retificado** pela Declaração de Retificação n.º **108/2007**, de 11 de dezembro, que aprova o regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras) e que **altera** o Decreto-Lei n.º **270/2001**, de 6 de outubro;

- **Despacho n.º 28176/2007**, de 14 dezembro, e seu aditamento (2011) relativo ao grupo de trabalho - passivos ambientais.

- **Portaria n.º 1083/2008**, de 24 de setembro, que fixa os valores das taxas devidas pela prática dos atos previstos no regime jurídico da pesquisa e exploração de massas minerais (pedreiras).

- **Decreto-Lei n.º 288/2007**, de 17 agosto, que concede aos requerentes de autorizações ou licenciamentos de instalações industriais, de instalações do Sistema Elétrico Nacional, do Sistema Nacional de Gás Natural e do Sistema Petrolífero Nacional, a possibilidade de instruírem desde logo respetivos pedidos com os pareceres obrigatórios.

- **Decreto-Lei n.º 267/2002**, de 26 de novembro, que estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis, **alterado** pelos Decretos-Lei n.ºs **389/2007**, de 30 de novembro, **31/2008**, de 25 de fevereiro, **195/2008**, de 6 de outubro, **217/2012**, de 9 de outubro.

- **Decreto-Lei n.º 209/2008**, de 29 de outubro, que estabelece o regime de exercício da atividade industrial, **retificado** pela Declaração de Retificação n.º **77-A/2008**, de 26 de dezembro, por sua vez **retificada** pela Declaração de Retificação n.º 15/2009, de 10 de fevereiro e **alterado** pelo Decreto-Lei n.º **24/2010**, de 25 de março. **Revoga** o Decreto-Lei n.º **69/2003**, de 10 de abril, e respetivos diplomas regulamentares.

Departamento de Ambiente

- **Decreto-Lei n.º 147/2008**, de 29 de julho, que estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e **transpõe** para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º **2004/35/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro, que aprovou, com base no princípio do poluidor-pagador, o regime relativo à responsabilidade ambiental aplicável à prevenção e reparação dos danos ambientais, com a **alteração** que lhe foi introduzida pela Diretiva n.º **2006/21/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à gestão de resíduos da indústria extrativa, **alterado** pelos Decretos-Lei n.ºs **245/2009**, de 22 de setembro, **29-A/2011**, de 1 de março, **60/2012**, de 14 de março e **13/2016**, de 9 de março.

- **Decreto-Lei n.º 150/2008**, de 30 de julho, **alterado** pelo Decreto-Lei n.º **72 -A/2010**, de 18 de junho, e pela Lei n.º **82 -D/2014**, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º **233/2015**, de 13 de outubro, que estabelece o regulamento do Fundo de Intervenção Ambiental, criado pelo n.º 1 do artigo 69.º da Lei n.º **50/2006**, de 29 de agosto, **alterada** pela Lei n.º **89/2009**, de 31 de agosto.

- **Portaria n.º 1247/2008**, de 4 de novembro, que fixa o montante das taxas de apreciação dos pedidos de autorização e da comunicação prévia a cobrar pelas comissões de coordenação e desenvolvimento regional – CDDR

- **Lei n.º 50/2006**, de 29 de Agosto, que estabelece o regime aplicável às contraordenações ambientais, **alterada** pelas **Leis n.º 89/2009**, de 31 de agosto e **114/2015**, de 28 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º **42-A/2016**, de 12 de agosto.

- **Portaria n.º 1128/2009**, de 1 de outubro, que aprova a tabela de taxas devidas pelos serviços prestados pela Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAOT).

- **Portaria n.º 1397/2009**, de 4 de dezembro, que **suspende**, pelo prazo de três meses, a vigência da Portaria n.º **1245/2009**, de 13 de outubro, que define as taxas devidas pelos serviços e atos praticados pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., e **repristina** a Portaria n.º **754/2003**, de 8 de agosto.

- **Decreto-Lei n.º 90/2010**, de 22 de julho, que aprova, simplificando, o novo Regulamento de Instalação, de Funcionamento, de Reparação e de Alteração de Equipamentos sob Pressão, **revogando** o Decreto-Lei n.º **97/2000**, de 25 de maio.

- **Decreto-Lei n.º 58/2011**, de 4 de maio, que estabelece deveres de divulgação de informação relativa à avaliação ambiental, procedendo à primeira **alteração** ao Decreto- Lei n.º **232/2007**, de 15 de junho, que estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.

- **Decreto-Lei n.º 169/2012**, de 1 de agosto, **alterado e republicado** pelo Decreto-Lei n.º **73/2015**, de 11 de maio, que cria o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema.

Departamento de Ambiente

- **Decreto-Lei n.º 165/2014**, de 5 de novembro, que no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º **45/2014**, de 16 de julho, estabelece, com carácter extraordinário, o regime de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo. A Lei n.º **21/2016**, de 19 de julho, salvaguardou a regularização das explorações pecuárias e outras, **alterando** o prazo estabelecido no Decreto-Lei n.º **165/2014**, de 5 de novembro.

- **Portaria n.º 68/2015**, de 9 de março, que identifica os elementos instrutórios a apresentar com os pedidos de regularização, de alteração e ou ampliação, de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos, de revelação e aproveitamento de massas minerais, de aproveitamento de depósitos minerais e instalações de resíduos da indústria extrativa.

- **Lei n.º 54/2015**, de 22 de junho, que estabelece as Bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, incluindo os localizados no espaço marítimo nacional

- **Portaria n.º 188/2015**, de 25 de junho, que aprova os montantes das taxas pela avaliação ou atualização de Título de Emissão de Gases com Efeito de Estufa (TEGEE), pela avaliação do pedido de acesso à reserva de licenças de emissão para novas instalações, pela avaliação do pedido de abertura e pela manutenção da conta no Registo da União e no âmbito da qualificação do verificador.

1.3 Domínio Hídrico

- **Decreto 5787** – IIII, de 10 de maio de 1919, que estabelece no seu artigo primeiro uma classificação das águas inseridas no domínio público, artigo esse que veio a ser **revogado** com a publicação da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro.

- **Decreto-Lei n.º 468/71**, de 5 de novembro, **alterado** pelos Decretos-Lei n.ºs **53/74**, de 15 de fevereiro, **89/87**, de 26 de fevereiro, **201/92**, de 29 de setembro, **46/94**, de 22 de fevereiro, **108/94**, de 23 de abril, **repblicado na Lei n.º 16/2003**, de 4 de junho, e **alterado** pela Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, e que define o regime jurídico dos terrenos submetidos ao domínio público hídrico. Com a publicação do Decreto-lei n.º **226-A/2007**, de 31 de maio, todas as remissões existentes para as disposições dos capítulos III e IV do Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de novembro, passaram a considerar-se efetuadas para as disposições correspondentes da Lei n.º **58/2005**, de 29 de dezembro, e do próprio Decreto-Lei n.º **226-A/2007**, de 31 de maio.

- **Código Civil Português** (de 25 de Novembro de 1966) apresenta, nos seus artigos **1385º** a **1402º**, o regime jurídico do domínio hídrico privado.

Departamento de Ambiente

- **Decreto-Lei n.º 8/90**, de 4 de janeiro, onde se proíbe a comercialização e utilização de detergentes cuja biodegradabilidade seja inferior a 90% ou que possam causar danos à saúde do homem ou dos animais em condições normais de utilização.
- **Portaria n.º 133/95**, de 29 de abril, onde se define o livro de registo das utilizações do domínio público hídrico.
- **Portaria n.º 940/95**, de 26 de julho, que aprova as declarações a apresentar pelos utilizadores do domínio público hídrico.
- **Decreto Regulamentar n.º 23/95**, de 23 de agosto, **retificado** pela Declaração de Retificação n.º **153/95**, de 30 de novembro, que aprova o regulamento geral dos sistemas públicos e prediais de distribuição de águas e de drenagem de águas residuais.
- **Portaria n.º 77/97**, de 26 de fevereiro, onde é aprovado o modelo de impresso para o pagamento das taxas de utilização do domínio público hídrico.
- **Decreto-Lei nº 152/97**, de 19 de junho, **alterado** pelos Decretos-Lei nºs **348/98**, de 9 de novembro, **261/99**, de 7 de julho, **172/2001**, de 26 de maio, **149/2004**, de 22 de junho, **198/2008**, de 8 de outubro, e **133/2015**, de 13 de julho, que estabelece a recolha, tratamento e descarga de águas residuais urbanas no meio aquático transpondo para o direito interno a diretiva nº 91/271/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativamente ao tratamento de águas residuais urbanas.
- **Decreto-Lei n.º 236/98**, de 1 de agosto, **retificado** pela Declaração de Retificação nº 22-C/98, de 30 de novembro, **revogado parcialmente** pelo Decreto-Lei n.º **243/2001**, 5 de setembro, **retificado** pela Declaração de Retificação n.º **20-AT/2001**, de 30 de novembro e que estabelece normas, critérios e objetivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos, é mais uma vez **revogado parcialmente** pelo Decreto-Lei nº **103/2010**, de 24 de setembro, que estabelece as normas de qualidade ambiental no domínio da política da água e transpõe a diretiva n.º 2008/105/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, e **parcialmente** a diretiva n.º **2009/90/CE**, da Comissão, de 31 de julho, **alterado** pelos Decretos-Leis n.ºs **52/99**, de 20 de fevereiro, **53/99**, de 20 de fevereiro, **54/99**, de 20 de fevereiro, **56/99**, de 26 de fevereiro, **431/99**, de 22 de outubro, **135/2009**, de 3 de junho e pelo Decreto-Lei nº **83/2011**, de 20 de junho que prossegue a **transposição** da Diretiva nº **2009/90/CE**, da Comissão.
- **Decreto-Lei n.º 52/99**, de 20 de fevereiro, que **transpõe** a Diretiva n.º 84/156/CEE, do Conselho, de 8 de março, relativa aos valores limite e aos objetivos de qualidade para a descarga de mercúrio de sectores que não o da eletrólise dos cloretos alcalinos.
- **Decreto-Lei n.º 53/99**, de 20 de fevereiro, que **transpõe** para o direito interno a Diretiva n.º 83/513/CEE, do Conselho, de 26 de setembro, relativa aos valores limite e aos objetivos de qualidade para as descargas de cádmio.

- **Decreto-Lei n.º 54/99**, de 20 de fevereiro, que **transpõe** para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 84/491/CEE, do Conselho, de 9 de outubro, relativo aos valores limite e aos objetivos de qualidade para as descargas de hexaclorociclo-hexano (HCH).

- **Decreto-Lei n.º 56/99**, de 26 de fevereiro, que **transpõe** para o direito interno as Diretivas n.ºs 86/280/CE (EUR-Lex), do Conselho de 12 de junho e 88/347/CEE (EUR-Lex) de 16 de junho, relativas aos valores limites e aos objetivos de qualidade para a descarga de certas substâncias perigosas.

- **Decreto-Lei n.º 431/99**, de 22 de outubro, **transpõe** para o direito interno a Diretiva n.º 82/176/CEE, do Conselho, de 22 de março, e tem por objetivo fixar os valores limite a considerar na fixação das normas de descarga na água e no solo, os objetivos de qualidade, os métodos de referência e o processo de controlo das instalações industriais em que se processa a eletrólise dos cloretos alcalinos utilizando células com cátodos de mercúrio, com vista a eliminar a poluição que esta substância pode provocar nesses meios.

- **Decreto-Lei n.º 382/99**, de 22 de setembro, que estabelece perímetros de proteção para captação de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público, **alterado** pelo Decreto-Lei n.º **226-A/2007**, de 31 de maio.

- **Lei n.º 54/2005**, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos, retificada pela Declaração de Retificação n.º **4/2006**, de 11 de janeiro, **alterada** pelas Leis n.ºs **78/2013**, de 21 de novembro, **34/2014**, de 19 de junho e **31/2016**, de 23 de agosto.

- **Lei n.º 58/2005**, de 29 de dezembro, aprova a **Lei da Água, transpondo** para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas, **retificada** pela Declaração de Retificação n.º **11-A/2006**, de 23 de fevereiro, e **alterada** pelos Decretos-Lei n.ºs **245/2009**, de 22 de setembro, **60/2012**, de 14 de março, **130/2012**, de 22 de junho, e pelas Leis n.ºs **42/2016**, de 28 de dezembro e **44/2017**, de 19 de junho, estabelecendo este último o princípio de não privatização do setor da água.

- **Decreto-Lei n.º 306/2007**, de 27 agosto, **alterado** pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que estabelece o regime da qualidade da água destinada ao consumo humano, que **revogou** o Decreto-Lei n.º **243/2001**, de 5 de setembro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 98/83/CE, do Conselho, de 3 de novembro e **revogado parcialmente** pelo **Decreto-Lei n.º 152/2017**, de 7 de Dezembro, nas alíneas A alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º, alínea e) do n.º 2 do artigo 10.º, a alínea j) do n.º 1 do artigo 11.º, o artigo 13.º, o n.º 3 do artigo 15.º, o n.º 4 do artigo 17.º, os artigos 22.º a 25.º, o artigo 27.º, os n.os 4 e 6 do artigo 29.º, a alínea a) do n.º 1 do artigo 32.º, a alínea c) do artigo 34.º, o n.º 4 do artigo 35.º e as alíneas e) e f) do artigo 36.º.

Departamento de Ambiente

- **Decreto-Lei n.º 344/2007**, de 15 de outubro, que aprova o Regulamento de Segurança de Barragens e **revoga** o Decreto-Lei n.º **11/90**, de 6 de janeiro.
- **Decreto-Lei n.º 353/2007**, de 26 de outubro, que estabelece o regime a que fica sujeito o procedimento de delimitação do domínio público hídrico.
- **Decreto-Lei n.º 226-A/2007**, de 31 de maio, estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos, **alterado** pelos Decretos-Lei n.ºs **391-A/2007**, de 21 dezembro, **93/2008**, de 4 de junho, **107/2009**, de 15 de maio, **137/2009**, de 8 de Junho, **245/2009**, de 22 de setembro que simplifica o regime de manutenção em vigor dos títulos de utilização dos recursos hídricos emitidos ao abrigo da legislação anterior, e primeira alteração do Decreto-Lei n.º **147/2008**, de 29 de julho, estabelecendo a competência da Agência Portuguesa do Ambiente no domínio da responsabilidade ambiental por danos às águas. Por sua vez o Decreto-Lei n.º **82/2010**, de 2 de julho, procede à **sexta alteração**, prorrogando o prazo para a regularização dos títulos de utilização de recursos hídricos e dispensa os utilizadores desses recursos da prestação da caução para recuperação ambiental quando constituam garantia financeira. Por último, a Lei n.º **44/2012**, de 29 de agosto, **altera** pela sétima vez o normativo em questão.
- **Lei n.º 11/2009**, de 25 de março, que estabelece o regime contraordenacional do Regulamento de Segurança de Barragens, aprovado pelo Decreto-Lei n.º **344/2007**, de 15 de outubro.
- **Decreto-Lei n.º 135/2009**, de 3 de junho, que estabelece o regime jurídico de identificação, gestão, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares e de prestação de informação ao público sobre as mesmas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/7/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de fevereiro, relativa à gestão da qualidade das águas balneares, e complementando a Lei da Água, aprovada pela Lei n.º **58/2005**, de 29 de Dezembro.
- **Portaria n.º 703/2009**, de 6 de julho, que aprova o Regulamento de Organização e Funcionamento do Registo das Associações de Utilizadores do Domínio Público Hídrico.
- **Decreto-Lei n.º 194/2009**, de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, **alterado** pelo Decreto-Lei n.º **92/2010**, de 26 de julho e pela Lei n.º **12/2014**, de 6 de março.
- **Portaria n.º 1021/2009**, de 10 de setembro, que estabelece os elementos que devem instruir os pedidos de autorização relativos a atos ou atividades condicionados nas albufeiras, lagoas e lagos de águas públicas e respetivas zonas terrestres de proteção, bem como as taxas devidas pela emissão de autorizações.

Departamento de Ambiente

- **Declaração de retificação n.º 73/2009**, de 8 de outubro, que **declara sem efeito** a publicação da **Portaria n.º 1114/2009**, de 29 de setembro, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que estabelece os termos da delimitação dos perímetros de proteção das captações destinadas ao abastecimento público de água para consumo humano.
- **Portaria n.º 1284/2009**, de 19 de outubro, que estabelece o conteúdo dos planos de gestão de bacia hidrográfica.
- **Portaria n.º 486/2010**, de 13 de julho, que aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos.
- **Portaria n.º 931/2010**, de 20 de setembro, que define os elementos necessários à instrução dos processos de delimitação do domínio público hídrico por iniciativa dos proprietários, públicos ou privados, de terrenos nas áreas confinantes com domínio público hídrico e estabelece igualmente a taxa devida pela apreciação dos procedimentos de delimitação do domínio público por iniciativa dos particulares.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-A/2013**, de 22 de março, aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 6 (RH6), designado PGBH do Sado e Mira.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 16-G/2013**, de 22 de março, aprova o Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a região hidrográfica 7 (RH7), designado PGBH do Guadiana.
- **Lei n.º 82-D/2014**, de 31 de dezembro, que procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental (altera os valores das componentes da Taxa de Recursos Hídricos), alterada pela Declaração de Retificação n.º **6/2015**, de 27 de fevereiro, e pelas Leis n.ºs **7-A/2016**, de 30 de março e **42/2016**, de 28 de dezembro.
- **Decreto-Lei n.º 218/2015**, de 7 de outubro, que procede à segunda **alteração** ao Decreto-Lei n.º **103/2010**, de 24 de setembro, que estabelece as normas de qualidade ambiental no domínio da política da água, transpondo a Diretiva n.º **2013/39/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho**, de 12 de agosto de 2013, no que respeita às substâncias prioritárias no domínio da política da água.
- **Decreto-Lei n.º 221/2015**, de 8 de outubro, que procede à **primeira alteração** à Lei n.º **7/2008**, de 15 de fevereiro, que estabelece as bases do ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e define os princípios reguladores das atividades da pesca e da aquicultura nessas águas.

Departamento de Ambiente

- **Decreto-Lei n.º 222/2015**, de 8 de outubro, que procede à regulamentação da Lei n.º **7/2008**, de 15 de fevereiro, que estabelece as bases de ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e define os princípios reguladores das atividades da pesca e da aquicultura nessas águas.

- **Diretiva (UE) 2015/1787 da Comissão, de 6 de Outubro**, que altera os anexos II e III da Diretiva **98/83/CE** do Conselho, de 3 de novembro de 1998, relativa à qualidade da água destinada ao consumo humano, revogado nas alíneas

- **Decreto-Lei n.º 23/2016**, de 3 de junho, que estabelece os requisitos para a proteção da saúde do público em geral no que diz respeito às substâncias radioativas presentes na água destinada ao consumo humano, fixando os valores paramétricos, frequências e métodos aplicáveis para o seu controlo, e **transpõe** a Diretiva n.º **2013/51/EURATOM**, do Conselho, de 22 de outubro de 2013, **revogado** pelo Decreto-Lei n.º **152/2017**.

- **Decreto-Lei n.º 34/2016**, de 28 de junho, que procede à **primeira alteração** ao Decreto-Lei n.º **208/2008**, de 28 de outubro, que estabelece o regime de proteção das águas subterrâneas contra a poluição e deterioração, **transpondo** para a ordem jurídica interna a **Diretiva 2014/80/UE** da Comissão, de 20 de junho de 2014, que altera o anexo II da Diretiva 2006/118/CE do Parlamento e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa à proteção das águas subterrâneas contra a poluição e a deterioração.

- **Decreto-Lei n.º 42/2016**, de 1 de agosto, que altera as normas respeitantes à monitorização dos elementos de qualidade das águas superficiais, das águas subterrâneas e das zonas protegidas relativos ao estado ecológico, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º **77/2006**, de 30 de março, e **transpondo** a **Diretiva n.º 2014/101/UE da Comissão**, de 30 de outubro de 2014, que altera a Diretiva n.º **2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho**, de 23 de outubro de 2000.

- **Decreto-Lei n.º 42-A/2016**, de 12 de agosto, que cria o Fundo Ambiental, estabelecendo as regras para a respetiva atribuição, gestão, acompanhamento e execução e extingue o Fundo Português de Carbono, o Fundo de Intervenção Ambiental, o Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos e o Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

- **Decreto-Lei n.º 76/2016**, de 9 de novembro, que aprova o Plano Nacional da Água, nos termos do n.º 4 do artigo 28.º da Lei da Água, aprovada pela Lei n.º **58/2005**, de 29 de dezembro, e cria a Comissão Interministerial de Coordenação da Água.

- **Decreto-Lei n.º 46/2017**, de 3 de maio, que altera o regime económico e financeiro dos recursos hídricos, e **republica** o Decreto-Lei n.º **97/2008**, de 11 de junho, que foi **alterado** pela Lei n.º **82-D/2014**, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º **42-A/2016**, de 12 de agosto.

1.4 Qualidade do Ar

Departamento de Ambiente

- **Portaria n.º 286/93**, de 12 de março, que fixa os valores limite e valores guias no ambiente para o dióxido de enxofre, partículas em suspensão, dióxido de azoto e monóxido de carbono, o valor limite para o chumbo e os valores guias para o ozono, **alterada** pelas Portarias n.ºs **1058/94**, de 2 de dezembro, **623/96**, de 31 de outubro, **125/97**, de 21 de fevereiro, **399/97**, de 18 de junho, tal como retificada pela Declaração de Retificação n.º 11-H/97, de 30 de junho, e despacho n.º **73/97**, do Instituto de Meteorologia, de 6 de janeiro, que aprova a nota técnica que define as regras a ter em conta na escolha do método de medição das emissões de amianto para a atmosfera. Foi ainda alterada pelo Decreto-Lei n.º **78/2004**, de 3 de abril, que revogou a Portaria n.º **1058/94**, de 2 de dezembro

- **Portaria n.º 646/97**, de 11 de agosto, que transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 94/63/CE (EUR-Lex), de 20 de dezembro, relativa ao controlo das emissões de compostos orgânicos voláteis resultantes do armazenamento de gasolinas e da sua distribuição dos terminais para as estações de serviço.

- **Decreto-Lei n.º 277/99**, de 23 de julho, que **transpõe** para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º **96/59/CE**, do Conselho, de 16 de setembro, que estabelece as regras para a eliminação dos PCB usados, tendo em vista a destruição total destes, retificado pela Declaração de Retificação n.º 13-D/99, de 31 de agosto. Foi alterado pelo Decreto-Lei n.º **72/2007**, de 27 de março, **retificado** pela Declaração de Retificação n.º **43/2007**, de 25 maio.

- **Decreto-Lei n.º 78/2004**, de 3 de abril, que estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera, fixando os princípios, objetivos e instrumentos apropriados à garantia da proteção do recurso natural ar, bem como as medidas, procedimentos e obrigações dos operadores das instalações abrangidas, com vista a evitar ou reduzir a níveis aceitáveis a poluição atmosférica originada nessas mesmas instalações, tal como **alterado** pelo Decreto-Lei n.º **126/2006**, de 3 de julho.

- **Portaria n.º 263/2005**, de 17 de março, **alterada** pela Declaração de retificação n.º **38/2005**, de 16 de maio, onde se fixam regras para o cálculo da altura de chaminés e define as situações em que devem para esse efeito ser realizados estudos de poluentes atmosféricos.

- **Portaria n.º 80/2006**, de 23 de janeiro, que fixa os limiares mássicos máximos e mínimos de poluentes atmosféricos.

- **Decreto-Lei n.º 346/2007**, de 17 de outubro, que aprova o Regulamento Relativo às Medidas a Tomar contra a Emissão de Gases e Partículas Poluentes Provenientes dos Motores de Ignição por Compressão e contra a Emissão de Gases Poluentes Provenientes dos Motores de Ignição Comandada Alimentados a Gás Natural ou a Gás de Petróleo Liquefeito Utilizados em Veículos, **transpondo** para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2008/74/CE, da Comissão, de 18 de julho foi **alterado** pelos Decretos-Lei n.ºs **196/2009**, de 24 de agosto e **102/2010**, de 23 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º **43/2015**, de 27 de março, que estabelece o regime da avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, **transpondo** a Diretiva n.º

Departamento de Ambiente

2008/50/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio, e a Diretiva n.º 2004/107/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de dezembro.

- **Regulamento (CE) n.º 1516/2007** da Comissão, de 20 de dezembro, que estabelece, nos termos do Regulamento (CE) n.º 842/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, disposições normalizadas para a deteção de fugas em equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor que contenham determinados gases fluorados com efeito de estufa.
- **Decreto-Lei n.º 35/2008**, de 27 de fevereiro, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º **152/2005**, de 31 de agosto, que regula a aplicação na ordem jurídica interna do artigo 16º e do n.º 1 do artigo 17º do Regulamento (CE) n.º 2037/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de junho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono.
- **Portaria n.º 698/2008**, de 29 de julho, que aprova o modelo do pedido de título de emissão de gases com efeito de estufa e o modelo de título de emissão de gases com efeito de estufa.
- **Decreto-Lei n.º 205/2008**, de 16 de outubro, que **transpõe parcialmente** para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/40/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio, na parte que se refere às emissões provenientes de sistemas de ar condicionado, estabelecendo os requisitos para a homologação CE ou a homologação nacional de automóveis relativos às emissões provenientes de sistemas de ar condicionado, bem como disposições sobre a montagem *a posteriori* e o reenchimento desses sistemas.
- **Portaria n.º 675/2009**, de 23 de junho, que fixa os valores limite de emissão de aplicação geral (VLE gerais) aplicáveis às instalações abrangidas pelo Decreto-Lei n.º **78/2004**, de 3 de abril, **retificada** pela Declaração de Retificação n.º 62/2009, de 21 de agosto.
- **Portaria n.º 676/2009**, de 23 de junho, que substitui a tabela n.º 3 do anexo à Portaria n.º **80/2006**, de 23 de janeiro, **retificada** pela Declaração de Retificação n.º **66/2009**, de 11 de setembro, que **retifica** a Declaração de Retificação n.º **63/2009**, de 21 de agosto, que fixa os limiares mássicos máximos e mínimos de poluentes atmosféricos.
- **Portaria n.º 677/2009**, de 23 de junho, que fixa os valores limite de emissão (VLE) aplicáveis às instalações de combustão abrangidas pelo Decreto-Lei n.º **78/2004**, de 3 de abril.
- **Regulamento (CE) n.º 1005/2009**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono e que **revogou** o Regulamento (CE) n.º **2037/2000**, de 29 de junho.
- **Decreto-Lei n.º 56/2011**, de 21 de abril, que estabelece o regime aplicável a determinados gases fluorados com efeito estufa, assegurando a execução do Regulamento (CE) n.º 842/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio, e dos respetivos regulamentos de desenvolvimento, **revogado** pelo Decreto-Lei N.º **145/2017**

Departamento de Ambiente

- **Decreto-Lei nº 118/2013**, de 20 de agosto, **alterado** pelos Decretos-Lei n.ºs **68-A/2015**, de 30 de abril e **194/2015**, de 14 de setembro, que visa assegurar e promover a melhoria do desempenho energético dos edifícios através do Sistema Certificação Energética dos Edifícios (SCE), que integra o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação (REH), e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços (RECS) e **transpõe** para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º **2010/31/UE** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios.

- **Regulamento (UE) n.º 517/2014**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa e que **revoga** o Regulamento (CE) n.º **842/2006**.

- **Decreto-Lei n.º 85/2014**, de 27 de maio, assegura a execução na ordem jurídica interna do Regulamento (CE) n.º **1005/2009**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, que estabelece regras relativas à produção, importação, exportação, colocação no mercado, utilização, recuperação, reciclagem, valorização e destruição de substâncias que empobrecem a camada de ozono, bem como à comunicação de informações sobre estas substâncias e à importação, exportação, colocação no mercado e utilização de produtos e equipamentos que as contenham ou que delas dependam.

- **Decreto-Lei n.º 43/2015**, de 27 de março, que procede à **primeira alteração** ao Decreto-Lei n.º **102/2010**, de 23 de setembro, que estabelece o regime da avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, **transpondo** as Diretivas n.ºs **2008/50/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio, e **2004/107/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de dezembro.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015**, de 30 de julho, que aprova o Quadro Estratégico para a Política Climática, o Programa Nacional para as Alterações Climáticas e a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, determina os valores de redução das emissões de gases com efeito de estufa para 2020 e 2030 e cria a Comissão Interministerial do Ar e das Alterações Climáticas.

- **Regulamento de Execução (UE) 2015/2066** da Comissão, de 17 de novembro, que estabelece, nos termos do Regulamento (UE) n.º **517/2014** do Parlamento Europeu e do Conselho, os requisitos mínimos e as condições para o reconhecimento mútuo da certificação de pessoas singulares que procedam à instalação, assistência técnica, manutenção, reparação ou desativação de comutadores elétricos que contenham gases fluorados com efeito de estufa ou à recuperação destes gases de comutadores elétricos fixos.

- **Regulamento de Execução (UE) 2015/2067** da Comissão, de 17 de novembro, que estabelece, nos termos do Regulamento (UE) n.º **517/2014** do Parlamento Europeu e do Conselho, os requisitos mínimos e as condições para o reconhecimento mútuo da certificação de pessoas singulares no que respeita aos equipamentos de refrigeração fixos, equipamentos de ar condicionado fixos, bombas de calor fixas e unidades de refrigeração de camiões e reboques refrigerados que contêm gases fluorados com efeito de estufa e para a certificação de empresas no que respeita aos equipamentos de refrigeração fixos, equipamentos de ar condicionado fixos e bombas de calor fixas que contêm gases fluorados com efeito de estufa.

Departamento de Ambiente

- **Regulamento de Execução (UE) 2015/2068** da Comissão, de 17 de novembro, que estabelece, nos termos do Regulamento (UE) n.º **517/2014** do Parlamento Europeu e do Conselho, o modelo dos rótulos dos produtos e equipamentos que contêm gases fluorados com efeito de estufa.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2016**, de 26 de agosto, que aprova a Estratégia Nacional para o Ar (ENAR 2020) destinada a melhorar a qualidade do ar para a proteção da saúde humana, da qualidade de vida dos cidadãos e da preservação dos ecossistemas.
- **Decreto-Lei n.º 47/2017**, de 10 de maio, procede à **segunda alteração** ao Decreto-Lei n.º **102/2010**, de 23 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º **43/2015**, de 27 de março, que estabelece o regime da avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente, **transpondo** para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) **2015/1480** da Comissão, de 28 de agosto de 2015, que **altera** vários anexos das Diretivas n.ºs **2004/107/CE** e **2008/50/CE** do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelecem as regras relativas aos métodos de referência, à validação dos dados e à localização dos pontos de amostragem para a avaliação da qualidade do ar ambiente.
- **Decreto-Lei n.º 91/2017**, de 28 de julho, que estabelece métodos de cálculo e requisitos de relatórios relativos a combustíveis e emissão de gases com efeito de estufa, **transpondo** a Diretiva (UE) **2015/652** relativa ao arsénio, ao cádmio, ao mercúrio, ao níquel e aos hidrocarbonetos aromáticos policíclicos no ar ambiente.

1.5 Resíduos

- **Portaria n.º 240/92**, de 25 de março, **alterada** pelo Decreto-Lei n.º **153/2003**, de julho, que aprova o regulamento de licenciamento das atividades de recolha, armazenagem, tratamento prévio, regeneração, recuperação, combustão e incineração dos óleos usados e revogada parcialmente pelo Decreto-Lei n.º **85/2005**, de 28 de Abril.
- **Portaria n.º 1028/92**, de 5 de novembro, que estabelece as normas de segurança e identificação para o transporte de óleos usados.
- **Despacho n.º 242/96**, de 5 de julho, que procede à classificação dos resíduos hospitalares para efeitos de eliminação.
- **Portaria n.º 335/97**, de 16 de maio, que fixa as regras a que fica sujeito o transporte de resíduos dentro do território nacional. **Em vigor apenas até 31 de dezembro de 2017**, de acordo com a Portaria n.º **145/2017**, de 26 de abril.
- .
- **Decreto-Lei n.º 366-A/97**, de 20 de dezembro, que estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens, **alterado** pelos Decretos-Lei n.ºs **162/2000**, de 27 de julho, **92/2006**, de 25 de maio, **178/2006**, de 5 de setembro, **73/2011**, de 17 de junho, **110/2013**, de 2 de agosto, **48/2015**, de 10 de abril e **71/2016**, de 4 de novembro;

Departamento de Ambiente

- **Portaria n.º 29-B/98**, de 15 de janeiro, **alterada** pela **Portaria nº 158/2015**, de 29 de maio, que estabelece as regras de funcionamento dos sistemas de consignação aplicáveis às embalagens reutilizáveis e às não reutilizáveis, bem como as do sistema integrado aplicável apenas às embalagens não reutilizáveis.

- **Decreto-Lei n.º 111/2001**, de 6 de abril, **alterado** pelos Decretos-lei n.ºs **43/2004**, de 2 de março, **178/2006**, de 05 de setembro, e **73/2011**, de 17 de junho, que estabelece os princípios e as normas aplicáveis à gestão de pneus e pneus usados.

- **Despacho n.º 25 297/2002**, de 27 de novembro, do Gabinete do Ministro do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, referente à proibição de deposição e descarga de resíduos de toda a espécie em terrenos agrícolas, florestais e cursos de água ou noutros locais não submetidos a uma atividade agrícola, mas que são parte integrante da nossa paisagem rural e do nosso património natural.

- **Decreto-Lei n.º 153/2003**, de 11 de julho, que estabelece o novo regime jurídico da gestão de óleos usados alterado pelos Decretos-Lei n.ºs **178/2006**, de 5 de setembro, e **73/2011**, de 17 de junho.

- **Decreto-Lei n.º 196/2003**, de 23 de agosto, que **transpõe** para a ordem jurídica nacional a Diretiva nº **53/CE/2000**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de setembro, relativa aos veículos em fim de vida, **alterado** pelos Decretos-Lei n.ºs **178/2006**, de 5 de setembro, **64/2008**, de 8 de abril, **98/2010**, de 11 de Agosto, **73/2011**, de 17 de junho, **1/2012**, de 11 de janeiro, o qual foi **retificado** pela Declaração de Retificação n.º 12-A/2012, de 9 de março, e Decreto-Lei nº **114/2013**, de 7 de agosto.

- **Despacho n.º 9276/2004**, de 10 de maio, onde se aprova o modelo do certificado de destruição de veículos em fim de vida, a emitir pelos operadores de desmantelamento.

- **Despacho n.º 9277/2004**, de 10 de maio, tal como **retificado** pelo Despacho n.º 10863/2004, de 1 de junho, que determina a atribuição do número de registo para a atividade de recolha e transporte rodoviário de óleos usados.

- **Decreto-Lei n.º 230/2004**, de 10 de dezembro, **alterado** pelo Decreto-Lei n.º **178/2006**, de 5 de setembro, que estabelece o novo regime jurídico a que fica sujeita a gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE).

- **Decreto-Lei n.º 101/2005**, de 23 de junho, que **transpõe** para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º **1999/77/CE**, da Comissão, de 26 de julho, relativa à limitação da colocação no mercado e da utilização de algumas substâncias e preparações perigosas e **revoga** os Decretos-Lei n.ºs **28/87**, de 14 de janeiro, **138/88**, de 22 de abril, e **228/94**, de 13 de setembro.

Departamento de Ambiente

- **Decreto-Lei n.º 178/2006**, de 5 de setembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, **transpondo** para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º **2006/12/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril, e a Diretiva n.º **91/689/CEE**, do Conselho, de 12 de dezembro, **alterado** pelo Decreto-Lei n.º **173/2008**, de 26 de agosto, pela Lei n.º **64-A/2008**, de 31 de dezembro, pelos Decretos-Lei n.ºs **183/2009**, de 10 de agosto, **73/2011**, de 17 de junho - que estabelece o regime geral aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos, **transpondo** para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º **2008/98/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro -, **127/2013**, de 30 de agosto, pela Lei n.º **82-D/2014**, de 31 de dezembro, pelos Decretos-Lei n.ºs **75/2015**, de 11 de maio, e **103/2015**, de 15 de junho, pela Lei n.º **7-A/2016**, de 30 de março, e pelo Decreto-Lei n.º **71/2016**, de 4 de novembro.

- **Portaria nº 320/2007**, de 23 de março, que **altera** a Portaria nº **1408/2006**, de 18 de dezembro, que aprovou o Regulamento de Funcionamento do sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER).

- **Decreto-Lei nº 266/2007**, de 24 de julho, relativo à proteção sanitária dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho.

- **Decreto-Lei n.º 45/2008**, de 11 de março, que assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes para o Estado Português do Regulamento (CE) n.º **1013/2006**, de 14 de junho, do Parlamento Europeu e do Conselho, **alterado** pelo Regulamento nº **255/2013** (CE), de 21 de março relativo à transferência de resíduos, e **revoga** o Decreto-Lei n.º **296/95**, de 17 de novembro.

- **Decreto-Lei n.º 46/2008**, de 12 de março, **alterado** pelo Decreto-lei n.º **73/2011**, de 17 de junho, que aprova o regime da gestão de resíduos de construção e demolição.

- **Portaria n.º 242/2008**, de 18 de março, que estabelece os termos do pagamento de taxas a cobrar pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) pela apreciação dos procedimentos relativos à notificação de transferência de resíduos que se destine à importação, exportação e trânsito, e **revoga** a Portaria n.º **830/2005**, de 16 de setembro. Foi **alterada** pela Portaria n.º **172/2012**, de 24 maio.

- **Decreto-Lei nº 6/2009**, de 6 de janeiro, que estabelece o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e de acumuladores, **retificado** pela Declaração de Retificação n.º **18-A/2009**, de 6 de março, e **alterado** pelos Decretos-Leis n.ºs **266/2009**, de 29 de setembro, **73/2011**, de 17 de junho, e **173/2015**, de 25 de agosto, **transpondo** para a ordem jurídica interna a Diretiva nº **2006/66/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de setembro, relativa a pilhas e acumuladores e respetivos resíduos e que **revoga** a Diretiva nº **91/157/CEE**, do Conselho, de 18 de março, **alterada** pela Diretiva nº **2008/12/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março. **Revogou** o Decreto-Lei n.º **62/2001**, de 19 de fevereiro, e as Portarias n.ºs **571/2001** e **572/2001**, de 6 de junho.

Departamento de Ambiente

- **Portaria n.º 172/2009**, de 17 de fevereiro, que aprova o Regulamento dos Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos.
- **Portaria n.º 851/2009**, de 7 de agosto, que aprova as normas técnicas relativas à caracterização de resíduos urbanos.
- **Decreto-Lei n.º 198/2009**, de 26 de agosto, que **transpõe** para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º **2006/117/EURATOM**, do Conselho, de 20 de novembro, relativa à fiscalização e ao controlo das transferências de resíduos radioativos e de combustível irradiado, e **revoga** o Decreto-Lei n.º **138/96**, de 14 de agosto.
- **Decreto-Lei n.º 210/2009**, de 3 de setembro, tal como **alterado** pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, que estabelece o regime de constituição, gestão e funcionamento do mercado organizado de resíduos.
- **Decreto-Lei n.º 276/2009**, de 2 de outubro, estabelece o regime de utilização de lamas de depuração em solos agrícolas (Diploma Lamas), **transpondo** para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º **86/278/CEE**, do Conselho, de 12 de junho, de forma a evitar efeitos nocivos para o homem, para a água, para os solos, para a vegetação e para os animais, promovendo a sua correta utilização e **revoga** o Decreto-Lei n.º **118/2006**, de 21 de junho.
- **Decreto-Lei n.º 10/2010**, de 4 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico a que está sujeita a gestão de resíduos das explorações de depósitos minerais e de massas minerais, **transpondo** para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º **2006/21/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março, relativa à gestão dos resíduos das indústrias extrativas, tendo este sido **alterado** pelo Decreto-Lei n.º **31/2013**, de 22 de fevereiro. **Revogou** o Decreto-Lei n.º **544/99**, de 13 de dezembro.
- **Portaria nº 1324/2010**, de 29 de dezembro, que altera o Regulamento de Aplicação do Produto da Taxa de Gestão de Resíduos, aprovado pela Portaria nº **1127/2009**, de 1 de outubro.
- **Portaria n.º 172/2012**, de 24 maio, que **alterou** a **Portaria n.º 242/2008**, de 18 de março, que estabelece os termos do pagamento de taxas a cobrar pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) pela apreciação dos procedimentos relativos à notificação de transferência de resíduos que se destine à importação, exportação e trânsito.
- **Portaria nº 40/2014**, de 17 de fevereiro, que estabelece as normas para a correta remoção dos materiais contendo amianto e para o acondicionamento, transporte e gestão dos respetivos resíduos de construção e demolição gerados, tendo em vista a proteção do ambiente e da saúde humana.
- **Decreto-Lei nº 67/2014**, de 7 de maio, **alterado** pelo Decreto-Lei nº **71/2016**, de 4 de novembro, que aprova o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos elétricos e

Departamento de Ambiente

eletrónicos, **transpondo** a Diretiva nº **2012/19/UE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho.

- **Portaria n.º 187-A/2014**, de 17 de setembro, que aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), para Portugal Continental.

- **A Lista Europeia de Resíduos (LER)**, publicada pela Decisão **2000/532/CE**, é **alterada** pela **Decisão 2014/955/EU**. Esta decisão é obrigatória e diretamente aplicável pelos Estados Membros a partir de 1 de junho de 2015. Assim, a partir de tal data, a Portaria n.º **209/2004**, de 3 de março, deixará de poder ser aplicada, passando a aplicar-se diretamente a Decisão referida.

- Para além da LER, também as características que determinam a perigosidade dos resíduos, publicadas no anexo III da Diretiva nº **2008/98/CE**, são alteradas pelo **Regulamento (UE) n.º 1357/2014** da Comissão, de 18 de dezembro. Este diploma é diretamente aplicável pelos Estados Membros a partir de 1 de junho de 2015, substituindo o anexo III da Diretiva de resíduos.

- **Resolução do Conselho de Ministros 11-C/2015**, de 16 de março, que aprova o Plano Nacional de Gestão de Resíduos para o horizonte 2014-2020.

- **Portaria nº 158/2015**, de 29 de maio, que procede à **primeira alteração** à Portaria nº **29-B/98**, de 15 de janeiro, que estabelece as regras de funcionamento dos sistemas de consignação aplicáveis às embalagens reutilizáveis e às não reutilizáveis, bem como as do sistema integrado aplicável apenas às embalagens não reutilizáveis.

- **Portaria n.º 345/2015**, de 12 de outubro, que estabelece a lista de resíduos com potencial de reciclagem e ou valorização.

- **Regulamento (UE) 2015/2002** da Comissão, de 10 de novembro, que **altera** os anexos I-C e V do Regulamento (CE) n.º **1013/2006** do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de junho de 2006 relativo a transferências de resíduos.

- **Portaria n.º 145/2017**, de 26 de abril, que define as regras aplicáveis ao transporte rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo de resíduos em território nacional e cria as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR), a emitir no Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER).

1.6 Ruído

- **Decreto-Lei n.º 278/2007**, de 1 agosto, que **altera** o Decreto-Lei n.º **9/2007**, de 17 de janeiro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído.

- **Decreto-lei n.º 146/2006**, de 31 de julho, que **transpõe** a Diretiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente, tal como **retificado** pela Declaração de Retificação n.º 57/2006, de 31 de agosto.

- **Decreto-Lei nº 96/2008**, de 9 de junho, que procede à primeira **alteração** ao Decreto-Lei nº **129/2002**, de 11 de maio, que aprova o Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios.

1.7 Substâncias Perigosas

- **Decreto-Lei nº 82/2003**, de 23 de abril, **alterado e republicado** pelo Decreto-Lei nº **63/2008**, de 2 de abril, aprovou em anexo o Regulamento para a Classificação, Embalagem, Rotulagem e Fichas de Dados de Segurança de Preparações Perigosas, **transpondo** para a ordem jurídica interna a Diretiva nº **1999/45/CE** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de maio, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados membros respeitantes à classificação, embalagem e rotulagem de preparações perigosas. Foi novamente **alterado** pelo Decreto-Lei nº **155/2013**, de 5 de novembro, que **transpôs parcialmente** a Diretiva n.º **2013/21/UE** do Conselho, de 13 de maio de 2013, no que respeita à adaptação da Diretiva n.º **1999/45/CE** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de maio, relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados membros respeitantes à classificação, embalagem e rotulagem de preparações perigosas

- **Regulamento 2006/CE/1907 (REACH)**, de 18 de dezembro, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição de substâncias químicas na União Europeia e que cria a Agência Europeia das Substâncias Químicas, foi **alterado** por:

- **Regulamento (CE) n.º 1272/2008** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, que **altera e revoga** as Diretivas n.ºs **67/548/CEE** e **1999/45/CE**.
- **Regulamento (CE) n.º 1354/2007** do Conselho, de 15 de novembro de 2007, que adapta o Regulamento REACH em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia - alíneas b) e c) do n.º 20 do artigo 3.º.
- **Regulamento de Execução (UE) 2016/9** da Comissão de 5 de janeiro de 2016, relativo à apresentação conjunta de dados e à partilha de dados nos termos do Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH).

Alterações aos Anexos do Regulamento REACH

- **Anexo I: Avaliação das substâncias e elaboração dos relatórios de segurança química**
 - **Regulamento (UE) n.º 252/2011** da Comissão, de 15 de março de 2011, que altera o Regulamento REACH, no que respeita ao Anexo I.
- **Anexo II: Requisitos para Fichas de Dados de Segurança**
 - **Regulamento (UE) n.º 453/2010** da Comissão, de 20 de maio de 2010, que altera o Regulamento REACH, no que respeita ao Anexo II.
 - **Regulamento (UE) nº 2015/830** da Comissão de 28 de maio de 2015, que altera o Regulamento REACH, no que respeita ao Anexo II.

Departamento de Ambiente

- **Anexo IV: Isenções ao registo obrigatório (n.º 7, alínea a), artigo 2.º) e Anexo V: Isenções ao registo obrigatório (n.º 7, alínea b), artigo 2.º)**

- **Regulamento (CE) n.º 987/2008** da Comissão, de 8 de outubro de 2008, que altera o Regulamento REACH, no que respeita aos Anexos IV e V.

- **Anexo VII: alteração aos pontos 8.1 e 8.2 e Anexo VIII: alteração aos pontos 8.1, 8.2 e 8.5**

- **Regulamento (UE) 2016/863** da Comissão, de 31 de maio de 2016, que altera os anexos VII e VIII do Regulamento REACH, no que respeita aos parâmetros «corrosão/irritação da pele», «lesões oculares graves/irritação ocular» e «toxicidade aguda».

- **Anexo XI: Regras de adaptação de ensaios**

- **Regulamento (CE) n.º 134/2009** da Comissão, de 16 de fevereiro de 2009, que altera o Regulamento REACH, no que respeita ao Anexo XI.

- **Anexo XIII: Identificação das substâncias persistentes, bioacumuláveis e tóxicas (PBT) e muito persistentes e muito bioacumuláveis (mPmB)**

- **Regulamento (UE) n.º 253/2011** da Comissão, de 15 de março de 2011, que altera o Regulamento REACH, (REACH), no que respeita ao Anexo XIII.

- **Anexo XIV: Substâncias sujeitas a Autorização**

- **Regulamento (UE) n.º 125/2012** da Comissão, de 14 de fevereiro de 2012, que altera o Anexo XIV do Regulamento REACH.

- **Regulamento (EU) n.º 143/2011** da Comissão, de 17 de fevereiro de 2011, que altera o Anexo XIV do Regulamento REACH.

- **Retificação ao Regulamento (UE) n.º 143/2011** da Comissão, de 17 de fevereiro de 2011, que altera o Anexo XIV do Regulamento REACH.

- **Anexo XVII: Restrições**

- **Regulamento (UE) n.º 126/2013** da Comissão, de 13 de fevereiro de 2013, que altera o Anexo XVII do Regulamento REACH (alterações várias).

- **Regulamento (UE) n.º 848/2012** da Comissão, de 19 de setembro de 2012, que altera o Anexo XVII do Regulamento REACH (compostos de fenilmercúrio).

- **Regulamento (EU) n.º 847/2012** da Comissão, de 19 de setembro de 2012, que altera o Anexo XVII do Regulamento REACH (mercúrio).

- **Regulamento (UE) n.º 836/2012** da Comissão, de 18 de setembro de 2012, que altera o Anexo XVII do Regulamento REACH (chumbo).

- **Regulamento (UE) n.º 835/2012** da Comissão, de 18 de setembro de 2012, que altera o Anexo XVII do Regulamento REACH (cádmio).

- **Regulamento (UE) n.º 412/2012** da Comissão, de 15 de maio de 2012, que altera o Anexo XVII do Regulamento REACH (DMF).

- **Regulamento (EU) n.º 109/2012** da Comissão, de 9 de fevereiro de 2012, que altera o Anexo XVII do Regulamento REACH (substâncias CMR).

- **Regulamento (UE) n.º 494/2011** da Comissão, de 20 de maio de 2011, que altera o Anexo XVII do Regulamento REACH (cádmio).

- **Regulamento (UE) n.º 366/2011** da Comissão, de 14 de abril de 2011, que altera o Anexo XVII do Regulamento REACH (acrilamida).

- **Regulamento (EU) n.º 207/2011** da Comissão, de 2 de março de 2011, que altera o Anexo XVII do Regulamento REACH (éter difenílico, derivado pentabromado e PFOS).

Departamento de Ambiente

- **Regulamento (UE) n.º 276/2010** da Comissão, de 31 de março de 2010, que altera o Anexo XVII do Regulamento REACH (diclorometano, petróleo de iluminação e líquido de acendalha para grelhadores e compostos organoestânicos).
- **Regulamento (CE) n.º 552/2009** da Comissão, de 22 de junho de 2009, que altera o Anexo XVII do Regulamento REACH (alterações várias).
- **Regulamento (EU) 2015/628** da Comissão, de 22 de abril de 2015, que altera o anexo XVII do Regulamento REACH no que respeita ao chumbo e seus compostos.

Regulamentos de implementação

- Métodos de ensaio

- **Regulamento (UE) n.º 640/2012** da Comissão, de 6 de julho de 2012, que altera, tendo em vista a adaptação ao progresso técnico, o Regulamento (CE) n.º 440/2008 que estabelece métodos de ensaio nos termos do Regulamento REACH.
- **Regulamento (UE) n.º 1152/2010** da Comissão, de 8 de dezembro de 2010, que altera, tendo em vista a adaptação ao progresso técnico, o Regulamento (CE) n.º 440/2008 que estabelece métodos de ensaio nos termos do Regulamento REACH.
- **Regulamento (CE) n.º 761/2009** da Comissão, de 23 de julho de 2009 que altera, tendo em vista a adaptação ao progresso técnico, o Regulamento (CE) n.º 440/2008 que estabelece métodos de ensaio nos termos do Regulamento REACH.
- **Regulamento (CE) n.º 440/2008** da Comissão, de 30 de maio de 2008, que estabelece métodos de ensaio nos termos do Regulamento REACH.
- **Versão consolidada da ECHA**, de 23 de julho de 2012.

Nota: Este documento constitui um instrumento de documentação e não vincula as instituições.

- Taxas

- **Regulamento de Execução (UE) n.º 254/2013** da Comissão, de 20 de março de 2013, que altera o regulamento (CE) n.º 340/2008, relativo a taxas e emolumentos a pagar à Agência Europeia dos Produtos Químicos nos termos do Regulamento REACH.
- **Regulamento (CE) n.º 340/2008** da Comissão, de 16 de abril de 2008, relativo a taxas e emolumentos a pagar à Agência Europeia dos Produtos Químicos nos termos do Regulamento REACH, **alterado** pelo Regulamento de Execução (UE) n.º **2015/864** da Comissão, de 4 de junho de 2015

- Câmara de Recurso

- **Regulamento (CE) n.º 771/2008** da Comissão, de 1 de agosto de 2008, que estabelece as regras de organização e procedimento da Câmara de Recurso da Agência Europeia dos Produtos Químicos.
- **Regulamento (CE) n.º 1238/2007** da Comissão, de 23 de outubro de 2007, que estabelece as normas relativas às qualificações dos membros da Câmara de Recurso.

- **Despacho n.º 27707/2007**, de 10 dezembro, que nomeia a Agência Portuguesa do Ambiente, a Direcção-Geral de Actividades Económicas e a Direcção-Geral de Saúde como autoridades competentes responsáveis pelas funções decorrentes do **Regulamento REACH**.

Departamento de Ambiente

- **Decreto-Lei n.º 293/2009**, de 13 de outubro, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, das obrigações decorrentes do **Regulamento REACH** e que procede à criação da Agência Europeia dos Produtos Químicos.

- **Decreto-Lei n.º 220/2012**, de 10 de outubro, que assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º **1272/2008**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas, que **altera e revoga** as Diretivas n.ºs **67/548/CEE e 1999/45/CE** e **altera o Regulamento REACH**.

- **Regulamento (CE) n.º 465/2008** da Comissão, de 28 de maio, que impõe, em conformidade com o Regulamento (CEE) n.º 793/93 do Conselho, obrigações de ensaio e informação aos importadores e fabricantes de determinadas substâncias potencialmente persistentes, bioacumuláveis e tóxicas que constam do Inventário Europeu das Substâncias Químicas Existentes no Mercado.

- **Regulamento (CE) n.º 466/2008** da Comissão, de 28 de maio, que impõe obrigações de ensaio e de informação aos importadores e fabricantes de determinadas substâncias prioritárias em conformidade com o Regulamento (CEE) n.º 793/93 do Conselho relativo à avaliação e controlo dos riscos ambientais associados às substâncias existentes.

- **Portaria n.º 422/2009**, de 21 de abril, aprova o estatuto dos responsáveis técnicos pelo projeto e pela exploração de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustíveis.

- **Decreto-Lei n.º 41-A/2010**, de 29 de abril, relativo ao transporte terrestre de mercadorias perigosas, **alterado** pelos Decretos-Lei n.ºs **206-A/2012**, de 31 de agosto, **18-A/2004**, de 7 de fevereiro, **246-A/2015**, de 21 de outubro - que **transpõe** a Diretiva n.º **2014/103/UE**, da Comissão, de 21 de novembro de 2014, que **adapta** pela terceira vez ao progresso científico e técnico os **anexos da Diretiva n.º 2008/68/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas -, e pelo Decreto-Lei n.º **111-A/2017**, de 31 de agosto - que **transpõe** a Diretiva n.º **2016/2309** da Comissão, de 16 de dezembro de 2016, que **adapta** pela quarta vez ao progresso científico e técnico os anexos da Diretiva n.º **2008/68/CE** do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas.

- **Decreto-Lei n.º 98/2010**, de 11 de agosto, que estabelece o regime a que obedecem a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente, com vista à sua colocação no mercado, **transpõe parcialmente** a diretiva n.º **2008/112/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, e transpõe a diretiva n.º **2006/121/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro.

- **Decreto-Lei n.º 109/2012**, de 18 de maio, que assegura a execução do Regulamento (CE) n.º **1102/2008**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro, relativo à proibição da

Departamento de Ambiente

exportação de mercúrio metálico e de determinados compostos e misturas de mercúrio e o armazenamento seguro de mercúrio metálico.

- **Regulamento de Execução (UE) 402/2013** da Comissão de 30 de abril de 2013, relativo a um método comum de segurança para a determinação e a avaliação dos riscos e que **revoga** o Regulamento (CE) n.º **352/2009**, da Comissão, de 24 de abril. Foi **alterado** pelo Regulamento de Execução (UE) **2015/1136** da Comissão de 13 de julho de 2015.

- **Decreto-Lei n.º 33/2015**, de 4 de março, que estabelece obrigações relativas à exportação e importação de produtos químicos perigosos, assegurando a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) n.º **649/2012**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012.

- **Decreto-Lei n.º 150/2015**, de 5 de agosto, que estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente, **transpondo** a Diretiva n.º **2012/18/UE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas. **Revogou** o Decreto-Lei n.º **254/2007**, de 12 de julho, alterado pelo **Decreto-Lei n.º 42/2014**, de 18 de março.

- **Regulamento (UE) 2015/2030** da Comissão, de 13 de novembro, que **altera** o anexo I do Regulamento (CE) n.º **850/2004** do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de abril de 2004 relativo a poluentes orgânicos persistentes.

- **Regulamento (UE) 2016/918** da Comissão de 19 de maio de 2016, que **altera**, para efeitos de adaptação ao progresso técnico e científico, o Regulamento (CE) n.º **1272/2008** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas.

1.8 Outros

- **Decreto-Lei n.º 108/2007**, de 12 de abril, que estabelece uma taxa ambiental sobre as lâmpadas de baixa eficiência energética, **alterado** pelo Decreto-Lei n.º **42-A/2016**, de 12 de agosto.

- **Portaria n.º 54/2008**, de 18 de janeiro, que determina os tipos e modelos de lâmpadas de baixa eficiência energética sobre as quais incide a taxa estabelecida pelo Decreto-Lei n.º **108/2007**, de 12 de abril.

- **Portaria n.º 63/2008**, de 21 de janeiro, que estabelece os valores dos parâmetros da taxa sobre as lâmpadas de baixa eficiência energética estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 108/2007, de 12 de abril.

- **Decreto-Lei n.º 69/2008**, de 14 de abril, que procede à **primeira alteração** ao Decreto-Lei n.º **281/2000**, de 10 de novembro, que fixa os limites ao teor de enxofre de certos tipos de

Departamento de Ambiente

combustíveis líquidos derivados do petróleo e **transpõe** para a ordem jurídica interna a Diretiva nº **2005/33/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de julho de 2005.

- **Decreto-Lei nº 71/2008**, de 15 de abril, que estabelece o sistema de gestão do consumo de energia por empresas e instalações consumidoras intensivas e **revoga** os Decretos-Lei nºs **58/82**, de 26 de novembro, e **428/83**, de 9 de dezembro. Foi alterado pela Lei nº **7/2013**, de 22 de janeiro e pelo Decreto-Lei nº **68-A/2015**, de 30 de abril.

- **Despacho n.º 17449/2008**, de 27 de junho, relativo ao sistema de gestão dos consumos intensivos de energia – auditorias.

- **Decreto-Lei nº 142/2008**, de 24 de julho, que aprova o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, **retificado** pela Declaração de Retificação nº **53-A/2008**, de 22 de setembro e **alterado** pelos **Decretos-Lei n.ºs 242/2015**, de 15 de outubro e **42-A/2016**, de 12 de agosto.

- **Portaria n.º 977/2009**, de 1 de setembro, que aprova o Regulamento do Controlo Metrológico dos Sonómetros e **revoga** a Portaria n.º **1069/89**, de 13 de dezembro.

- **Portaria n.º 978/2009**, de 1 de setembro, que aprova o Regulamento do Controlo Metrológico dos Contadores de Tempo.

- **Portaria n.º 1066/2009**, de 18 de setembro, que aprova o modelo e respetivas instruções de declaração de transferências transfronteiriças (modelo n.º 38), alterada pela Portaria nº 137/2016, de 13 de maio.

- **Portaria n.º 1226/2009**, de 12 de outubro, que aprova a lista de espécies de cujos espécimes vivos, bem como dos híbridos deles resultantes, é proibida a detenção. **Alterada** pela Portaria nº **60/2012**, de 19 de março,

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2010**, de 1 de abril, que aprova a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas.

- **Lei n.º 30/2010**, de 2 de setembro, que refere a proteção contra a exposição aos campos elétricos e magnéticos derivados de linhas, de instalações e de equipamentos elétricos.

- **Portaria n.º 954/2010**, de 22 de Setembro, **alterada** pelo Despacho **VCD_SCBS/604/2013**, de 7 de novembro, que extingue a zona de caça associativa do Monte do Pereiro (processo n.º 5200-AFN), **renova** por um período de seis anos a concessão da zona de caça associativa do Monte do Pereiro e anexas, constituída por vários prédios rústicos sites na freguesia de Santa Bárbara de Padrões, município de Castro Verde (processo n.º 2074-AFN), concessionada por um período de seis anos ao Clube de Caçadores do Zambujal da Forca a zona de caça associativa da Herdade Zambujal da Forca, constituída por vários prédios rústicos sites na freguesia de Senhora

Departamento de Ambiente

da Graça de Padrões, município de Almodôvar, e na freguesia de Santa Graça de Padrões, município de Castro Verde (processo n.º 5589-AFN), concessionária por um período de seis anos a Rui Manuel Guerreiro Lança a zona de caça turística do Monte do Pereiro, constituída por vários prédios rústicos sítios na freguesia de Senhora da Graça de Padrões, município de Almodôvar e na freguesia de Santa Graça de Padrões, município de Castro Verde (processo n.º 5590-AFN), e revoga a Portaria n.º 584/2009, de 2 de junho. A concessão foi **renovada** por mais 6 anos através do Despacho do ICNF n.º **29578/2016 VPCD PS/623/2016**.

- **Decreto-Lei n.º 56/2012**, de 12 de março, que aprova a orgânica da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., **alterado** pelo Decreto-Lei n.º **55/2016**, de 26 de agosto

- **Decreto-Lei n.º 130/2014**, de 29 de agosto, aprova a Lei Orgânica da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), **alterado** pelo Decreto-Lei n.º **33/2016**, de 28 de junho.

- **Decreto-Lei n.º 12/2011**, de 24 de janeiro, que, no âmbito da Estratégia Nacional da Energia 2020, estabelece os requisitos para a conceção ecológica dos produtos relacionados com o consumo de energia e **transpõe** a diretiva n.º **2009/125/CE**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro.

- **Decreto-Lei n.º 135/2012**, de 29 de Junho, **alterado** pelos Decretos-Lei n.ºs **42-A/2016**, de 12 de agosto e **78/2015**, de 13 de maio, que aprova a orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I. P.. **Revoga** o Decreto-lei n.º **136/2007**, de 27 de abril e o Decreto-Lei n.º **159/2008**, de 8 de agosto.

- **Portaria n.º 353/2012**, de 31 de outubro, **alterada** pela Portaria n.º **276/2015**, de 10 de setembro, que aprova os estatutos do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.. **Revoga** a Portaria n.º **530/2007**, de 30 de abril.

- **Lei n.º 7/2013**, de 22 de janeiro, que aprova o regime de acesso e exercício das atividades de realização de auditorias energéticas, de elaboração de planos de racionalização dos consumos de energia e de controlo da sua execução e progresso, nomeadamente mediante a emissão de relatórios de execução e progresso, no âmbito do Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE) e no âmbito de aplicação do regulamento da gestão do consumo de energia para o setor dos transportes, aprovado pela Portaria n.º 228/90, de 27 de março, **alterando** o Decreto-Lei n.º **71/2008**, de 15 de abril.

- **Decreto-Lei n.º 96/2013**, de 19 de julho, **alterado** pela Lei n.º **77/2017**, de 17 de agosto, que estabelece o regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e re-arborização com recurso a espécies florestais.

- **Lei n.º 19/2014**, de 14 de abril, que define as bases da política de ambiente e **revoga** a anterior Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º **11/87**, de 7 de abril).

- **Lei n.º 31/2014**, de 30 de maio, **alterada** pela Lei n.º **74/2017**, de 16 de agosto, que estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

Departamento de Ambiente

- **Portaria nº 204/2014**, de 8 de outubro, que aprova o Regulamento do módulo relativo ao regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais do Sistema Integrado de Informação Para a Conservação da Natureza e Florestas.
- **Decreto-Lei nº 164/2014**, de 4 de novembro, que aprova o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos. Estabelece as normas a observar na realização de trabalhos arqueológicos, regulando e normalizando a atividade arqueológica e os direitos e obrigações de todos os seus intervenientes. **Revoga** o Decreto-Lei n.º **270/99**, de 15 de julho, **alterado** pelo Decreto-Lei n.º **287/2000**, de 10 de novembro.
- **Portaria n.º 62-A/2015**, de 3 de março, que aprova a estrutura nuclear da Direção-Geral de Energia e Geologia.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2015**, de 30 de abril, que aprova o Compromisso para o Crescimento Verde.
- **Portaria n.º 142/2015**, de 21 de maio, que define as espécies cinegéticas às quais é permitido o exercício da caça e fixa os períodos, processos e outros condicionamentos para as épocas venatórias 2015-2016, 2016-2017 e 2017-2018.
- **Decreto Regulamentar n.º 15/2015**, de 19 de agosto, que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional. **Revoga** o Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio.
- **Portaria n.º 277/2015**, de 10 de setembro, que regula a constituição, a composição e o funcionamento das comissões consultivas da elaboração e da revisão do Plano Diretor Intermunicipal (PDIM) e do Plano Diretor Municipal (PDM), nos termos do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial aprovado pelo Decreto-Lei n.º **80/2015**, de 14 de maio (RJIGT) e **revoga** a Portaria n.º **1474/2007**, de 16 de novembro.
- **Decreto-Lei n.º 50/2016**, de 23 de agosto, que procede à **primeira alteração** ao Decreto-Lei n.º **90/2012**, de 11 de abril, **transpondo** a Diretiva nº **2014/99/EU**, da Comissão, de 21 de outubro de 2014, que **altera**, tendo em vista a adaptação ao progresso técnico, a Diretiva nº **2009/126/CE** do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de outubro de 2009, relativa à fase II da recuperação de vapores de gasolina durante o reabastecimento de veículos a motor nas estações de serviço.